

# Brasília enfrenta crise particular

Sem reajuste desde 1995, funcionalismo reduz atividade econômica

26 SET 1996  
por Ricardo Allan Medeiros  
de Brasília

A decisão do governo federal de não conceder reajustes salariais aos servidores públicos – o último foi em janeiro de 1995 – bateu forte na atividade econômica de Brasília, reduto do funcionalismo federal. A Federação do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio) aponta o arrocho salarial do funcionalismo como a principal causa da queda de 20,78% no volume de vendas em agosto, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Segundo dados da federação, os 190 mil servidores federais e distritais representam 22% da população economicamente ativa de Brasília e, até o final do ano passado, eram responsáveis por cerca de 40% do poder de compra na cidade.

“Em Brasília, um funcionário público que recebe R\$ 1 mil teve uma redução no poder de compra em torno de 43% desde o último aumento, levando-se em consideração também o reajuste das tarifas públicas, que no mesmo período ficou em 102%”, diz o presidente da Fecomércio, Sérgio Koffes. “Essa situação causou um colapso brutal no comércio da cidade, que sempre dependeu muito do nível salarial do funcionalismo.”

Koffes afirma que, por causa da redução do poder de compra do funcionalismo, o mercado brasileiro é o que mais vem caindo em todo o País, com um índice bem superior ao registrado nos estados, que, segundo ele, gira em torno de 5 a 10% em igual período. A situação agravou-se com o aumento de 15,13% nos preços da indústria para o comércio, enquanto o repasse aos consumidores foi de 5,25% – também sobre agosto do ano passado. “Os comerciantes tiveram de diminuir a margem de lucro. Se repassassem tudo, as vendas despencariam de vez”, diz.

As estimativas para este mês são

## O comércio de Brasília

(Evolução dos índices - Base 100= Dezembro de 1994)

| Ano  | Meses     | Volume de vendas | Nível de emprego |
|------|-----------|------------------|------------------|
| 1995 | Agosto    | 53,76            | 99,49            |
| 1995 | Setembro  | 52,93            | 99,25            |
| 1995 | Outubro   | 52,21            | 98,99            |
| 1995 | Novembro  | 53,25            | 101,77           |
| 1995 | Dezembro  | 61,76            | 103,95           |
| 1996 | Janeiro   | 47,12            | 104,16           |
| 1996 | Fevereiro | 43,73            | 102,46           |
| 1996 | Março     | 45,45            | 100,50           |
| 1996 | Abril     | 45,04            | 102,43           |
| 1996 | Maio      | 44,72            | 102,23           |
| 1996 | Junho     | 44,60            | 102,49           |
| 1996 | Julho     | 41,80            | 104,30           |
| 1996 | Agosto    | 42,59            | 102,78           |

de uma queda de 3 a 5% em relação a agosto, quando o comércio registrou aumento de 1,9% no volume de vendas. A causa dessa pequena recuperação no mês passado, depois de quatro meses consecutivos de baixa, foram a volta às aulas e o Dia dos Pais. Em setembro, entretanto, como não há nenhuma data comemorativa importante para o comércio, as vendas não contaram com nenhum estímulo adicional.

A Pioneira da Borracha, a mais tradicional loja de departamentos de Brasília, está sentindo os efeitos do arrocho salarial de sua clientela. Nos últimos doze meses, as vendas caíram cerca de 20%. “A falta de aumento salarial nos afeta em cheio, porque classe média, em Brasília, quer dizer basicamente funcionário público. Se o governo não reajustar os salários, vai haver quebradeira e demissões em massa”, prevê o presidente da empresa, Eli Valter Couto. Como consequência da crise, nos dois últimos anos, Couto teve de fechar duas das oito filiais da empresa. Sessenta funcionários foram de-

mitidos, com uma redução de 30% da folha de pagamentos.

No entanto, o maior shopping center da cidade, o Conjunto Nacional Brasília, registrou aumento de 5% das vendas no período pesquisado pela Fecomércio, justificado por promoções, aumento do número de parcelas de pagamento, preços a prazo sem acréscimo e outras medidas que foram importantes, por exemplo, para a venda de eletrodomésticos. “Foi drástica a queda do volume de compras por parte do funcionalismo, especialmente no setor de vestuário. Mesmo assim, o crescimento do setor eletroeletrônico, possibilitado pelas facilidades de crédito, compensou”, diz o superintendente do shopping, José Pires.

O setor de serviços, que somado ao comércio é responsável por 76% do produto privado brasileiro, também vem crescendo. De abril a agosto, o setor registrou alta de 5,57%. No mês passado, o aumento foi de 2,89% em relação a julho. Koffes garante que a situação relativamente boa não significa que o setor seja menos afetado pelo arrocho salarial.

“O resultado acumulado deve-se a um aumento na demanda por serviços terceirizados, enquanto o índice do mês passado foi possível graças à Micarecandanga (o carnaval fora de época de Brasília), que trouxe à cidade cerca de 10 mil turistas”, explica o presidente da Fecomércio.

Ao contrário do que possa parecer, a inadimplência caiu 14% no período. O bom resultado vem do índice crescente de compras a vista no mercado brasileiro, que, de acordo com os números da Fecomércio, representou, no mês passado, 68,36% do total – 19,38% das compras foram feitas com cheques pré-datados e 10,31%, com cartão de crédito.

No mês passado, a devolução de cheques na compra em grandes estabelecimentos teve uma redução de 3,34%. No entanto, nas empresas de porte médio, o índice cresceu 2,95% e nas pequenas empresas, 5,8%. Cerca de 98% das empresas na cidade, seja no comércio, indústria ou serviços, são pequenas ou microempresas.